

190
7657

Terena diz que índio ainda é vítima de idéias equivocadas

Para o presidente da União das Nações Indígenas, muita gente até hoje pensa que as tribos devem ser exterminadas para que o país possa crescer

O debatedor do seminário sobre a desordem ecológica na Amazônia que mais atraiu atenções na tarde de ontem foi o presidente da União das Nações Indígenas (UNI), Marcos Terena, muito aplaudido pelos participantes após falar sobre a situação dos índios na região, ocasião em que criticou o processo de colonização do Brasil, o presidente Fernando Collor e os futuros governantes dos Estados amazônicos. Vestido como "homem branco", Marcos Terena contou suas experiências e expôs os problemas que atingem as reservas indígenas espolhadas pelo país.

O presidente da UNI considera que existe hoje uma idéia equivocada a respeito do índio e criticou a forma de colonização do país, que obrigou os indígenas a falarem a língua e pensarem como os brancos. Terena lembrou que muitas pessoas ainda acreditam que os índios atrapalham o desenvolvimento do Brasil, sendo necessário exterminá-los para que o país possa progredir. Ele frisou que os índios não querem que essa experiência seja transformada num modelo para os povos que ainda sobrevivem — atualmente, cerca de 160 — porque nas aldeias não há risco de assalto ou de uma criança ficar na rua sem família. E, apesar de dormirmos em redes ou em árvores, nunca será visto um favelado entre os índios.

Terena considera que se o seminário internacional que está se realizando em Belém não resultar em



Marcos Terena: experiências.

ações, em dois anos o presidente Collor e sua equipe darão "um banho nos índios em termos de mídia e projeção internacional". "Nós, os índios, sabemos disso, pois várias vezes o presidente falou que iria fazer isso ou aquilo a nosso favor, mas até hoje não existe um programa de valorização do Governo Collor. Por isso, a nossa preocupação é grande", declarou.

Expectativa

Marcos Terena disse que os índios estão na expectativa do século XXI. De acordo com ele, essa passagem pode acontecer através de debates, acordos ou discussões, mas deverá ser viável na prática, já que existem 160 povos no Brasil que não sabem como viverão no futuro. Ele disse, também, que os erros cometidos pelos índios são decorrentes do próprio ensinamento do homem branco, pois foram orientados de forma "estreita e enganosa". "É lógico que iremos tropeçar, mas o homem branco

também tropeçará no que se refere à preservação da floresta, da água e da natureza. Desta forma, é imprescindível conversar com os índios para elaborar um plano prático que garanta a sobrevivência de todos os seres".

Terena contou a experiência que teve ao viajar para os Estados Unidos, atendendo a um convite dos índios havaianos, que lhe pediram para explicar ao Congresso americano a necessidade de preservação do território deles — a última reserva florestal nativa daquela região. Ele disse que ao sobrevoar a área ficou com medo, pois viu diversos navios ancorados, os quais considera embarcações de guerra: "Quando conversei com os senadores fiquei pensando no fato, pois nunca esperava que um índio do Terceiro Mundo, massacrado em sua própria terra, estaria ali orientando pessoas que vivem em países desenvolvidos".

Durante 500 anos os índios lutam para preservar a Amazônia, de onde retiram remédio, comida, sobrevivência espiritual e a filosofia da cada nação. "Já viajei muito pela Amazônia e vi grandes áreas devastadas, resultado de projetos para o desenvolvimento do Brasil. Os índios não procuram se desenvolver destruindo o seu habitat e sua fonte de vida", ressaltou. Segundo Terena, os índios esperam que as pessoas levem a sério a ecologia, não fazendo do assunto apenas mais uma moda ou forma de conseguir status.

Eleição

A eleição de novos governadores para os Estados da Amazônia também preocupa os índios. Segundo Marcos Terena, muitas candidatas já afirmaram que continuarão matando jacarés, devastando novas áreas e, possivelmente, fechando acordos com grandes empresas que destruirão a natureza a fim de conseguir lucros: "Nós não podemos aceitar esse tipo de coisa e espero que a preocupação de todos que participam desse seminário não desapareça em 1992".

Comunidades sem poder de decisão

A criação de uma política que tenha por objetivo o bem-estar das comunidades da região, com a participação ativa dos caboclos e dos índios, e a substituição da Funai por um instituto indigenista que aja em conjunto com organismos internacionais foram as propostas da antropóloga Adélia Engrácia de Oliveira, do Museu Emílio Goeldi, apresentadas ontem à tarde no seminário internacional "A Desordem Ecológica na Amazônia".

Segundo Adélia, a política existente no Brasil para o tratamento das comunidades amazônicas ainda é muito autoritária, já que é estabelecida pela cúpula do governo, sem que haja participação das pessoas que não o alvo dessas decisões. O ideal, para ela, seria a formação de conselhos regionais, onde os índios poderiam ser ouvidos com primazia, ao contrário do que ocorre atualmente na Funai. Adélia defendeu suas propostas a partir de pesquisas feitas pelo Museu, quando foi possível constatar que o índio, ao contrário do homem branco, mesmo derrubando árvores e utilizando plantas para remédios não agride o meio ambiente.

A antropóloga ressaltou que, nos últimos 20 anos, a expansão dos grandes projetos na Amazônia têm provocado desmatamentos para abertura de estradas ou instalação de pólos habitacionais, que atingem diretamente as comunidades indígenas ou caboclas. "O impacto ecológico não ocorre imediatamente, mas o impacto humano é iminente. Por isso, essas mudanças que proponho deveriam ser concretizadas para melhorar a situação dos que vivem na Amazônia", completou.

Projetos e ecologia

A pesquisadora da Companhia Vale do Rio Doce, Maria de Lourdes Davies Freitas, apresentou aos participantes do seminário promovido pela Unamaz os estudos que ela realizou quando trabalhou no Projeto Ferro Carajás, no período de 1980 a 1985. Durante suas pesquisas, realizadas na floresta tropical latina, mais precisamente na Colômbia, Equador e Bolívia, Maria de Lourdes chegou à conclusão de que, apesar dos países discutirem a questão ambiental de forma diferente, quando se trata de assuntos relacionados à Amazônia as questões ficam niveladas.

Desde que os grandes projetos começaram a ser instalados na região, as discussões sobre o impacto que eles provocam sobre o meio ambiente sempre são levadas em consideração. "Para evitar esses problemas, contudo, é necessário que exista uma coordenação científica. Em qualquer projeto a ser desenvolvido na região há flexibilidade do gerenciamento, pois a atividade de recuperação das áreas que sofrem o impacto implica em altos custos", comentou.

Alfabetização

Além de Adélia Engrácia de Oliveira e Maria de Lourdes Davies Freitas, participaram do ciclo de debates, ontem à tarde, o representante da Universidad Nacional de La Amazonia Peruana, de Iquitos, Fernando Santos; o representante da Associação Internacional de Antropologia, do México, Rodolfo Diaz; e a representante do Cedime, do Equador, Lucy Ruiz. O representante do Projeto Saúde e Alegria, Eugênio Scanavino Neto apresentou um vídeo sobre o trabalho, seguido de uma encenação de como será a alfabetização no ano 2.000.

BID: equilíbrio é fundamental

O grande desafio a ser enfrentado pelo governo brasileiro é integrar a preservação ambiental da Amazônia aos projetos de desenvolvimento da região, já que o assunto vem sendo muito discutido nos últimos anos, principalmente quando se trata de manejo de recursos naturais. A observação foi feita por Rafael Negret, representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no seminário internacional "A Desordem Ecológica na Amazônia". "O equilíbrio do ecossistema e do desenvolvimento regional é um dos pontos fundamentais para medir a problemática do meio ambiente", acrescentou. Negret frisou que essa questão é polêmica. Como exemplo, ele citou o caso de um rio que está sendo poluído por produtos químicos despejados por uma fábrica, cujo proprietário não se preocupa em preservar o rio, que faz parte da nação.

Contaminar o rio, disse Negret, em termos econômicos tradicionais talvez possa provocar o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), já que no futuro serão necessários investimentos para cuidar do rio e gerar empregos. Por isso, o BID considera a questão ambiental como uma discussão que deve ser promovida para que possam introduzi-la nos projetos de desenvolvimento. "Essa é a orientação do banco em relação aos projetos que financia e qualquer projeto que se realize na região amazônica é considerado pelo BID como de impacto ambiental significativo, tendo prioridade sobre os outros espalhados pelo mundo", afirmou.

Programa indígena

Rafael Negret foi um dos debatedores mais solicitados pelos participantes do seminário internacional "A Desordem Ecológica na Amazônia", na segunda-feira. Ele falou da

política ambiental que o BID desenvolve na região, como principal financiador de projetos. Negret tratou ainda do programa especial que a instituição desenvolve junto às comunidades indígenas, em uma área próxima à rodovia BR-364, que une Porto Velho, em Rondônia, a Rio Branco, no Acre.

No Brasil, disse Negret, muito se tem falado sobre a questão ambiental e, em especial, sobre a origem dos problemas. Ele concorda ser o sistema econômico de fundamental importância para fazer surgirem os questionamentos: "Eu diria que os problemas em termo geral consistem na tradicional economia ortodoxa, que sempre considerou a questão ambiental como anti-economia". Em sua opinião, o problema consiste em como buscar os mecanismos que permitam demonstrar que a questão ecológica pode ser utilizada como elemento de planejamento.

O Programa de Meio Ambiente e as Comunidades Indígenas, que o BID desenvolve às proximidades da rodovia BR-364, cuja pavimentação foi financiada pela própria instituição, compreende uma área de 153 mil quilômetros quadrados, maior do que a de muitos países da Europa. Nessa área, foram desenvolvidos vários programas básicos. O primeiro, chamado de "Ordenamento Territorial", visa à sustentação dos setores agrícola, florestal e ambiental e o levantamento de todos os recursos naturais da área, onde foram feitas avaliações das unidades ambientais e das condições sócio-econômicas. O programa, disse ele, tem sido elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que utiliza informações de radares e conta com o auxílio da Embrapa na análise

do solo. O documento final do programa deverá ser publicado nos próximos meses.

Alternativa

Outro programa se detém às áreas de proteção, que contam com quatro reservas extrativistas, duas estações ecológicas, florestas nacionais e algumas terras ainda a serem estudadas. A intenção é realizar experiências adequadas ao manejo dessas áreas a fim de montar um modelo de ocupação e de desenvolvimento para a região, conservando o ecossistema, e que possa ser utilizado como uma alternativa pelas universidades amazônicas. Além disso, o BID desenvolve um programa de fiscalização ambiental através do monitoramento nos postos florestais, para fortalecer as instituições que atuam na região, como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O BID mantém ainda um programa de educação e saúde na área de influência da rodovia, em especial nas 26 colônias indígenas próximas à rodovia BR-364, com o objetivo de fortalecê-las socialmente, já que foram influenciadas pelos antigos seringueiros. Segundo Negret, o programa com as comunidades indígenas é "muito interessante" em decorrência da participação de vários organismos, como a Fundação Nacional do Índio (Funai), que coordena o projeto, além de instituições pastorais. "Em termos gerais, as experiências são valiosas, mas ainda não foram totalmente implantadas. Acredito que estão em 60% do que poderiam ser, pois surgiram alguns problemas iniciais que aos poucos estão sendo resolvidos. O importante é que as comunidades participem ativamente do projeto", completou.

REGISTRO

A diretora presidente do Sistema Romulo Maiorana de Comunicação, Lucidéa Maiorana, e o diretor executivo, Romulo Maiorana Júnior, receberam:

* Do embaixador do Japão e da senhora Harunori Kaya, para uma recepção que oferecerão para celebrar a entronização e o aniversário do imperador japonês, no dia 14 de novembro, das 19 às 21h, na avenida das Nações, lote 39 - Brasília-DF.

* Da Cultural Cejup, para o lançamento do livro "Banho de Chuva", de autoria de Paulo Nunes e ilustrado por Tadeu Lobato, a ocorrer no dia 1º de novembro às 20h,

no Circo do Centur.

* Da Editora Grafisa e da Livraria Jinkings, para o lançamento de "Andanças e Lembranças" de Jocelyn Brasil, no dia 7 de novembro, a partir das 19h, na Livraria Jinkings.

* Para o seminário "Inventário de insetos em plantação de dendezeiro", que teve palestrante o dr. Claude Loise, do Instituto de Pesquisa de Oleos e Oleaginosas da França, realizado ontem.

* De Teka Sallé para nova apresentação de "Amor-daçado, Amordaçado", no Teatro do Centur, amanhã, às 20h, espetáculo promovido pelo Elenco, Dança & Cia.